

A quem servirá o conhecimento com o silenciamento da reflexão?

Rosilene Amorim Rolim

Vanessa Bezerra Bernardo

Maria Dulcinea da Silva Loureiro

Resumo:

O presente trabalho faz uma abordagem reflexiva fundamentada em estudos bibliográficos buscando o aprofundamento sobre a influência da Filosofia para o desenvolvimento do pensar crítico e reflexivo no ambiente escolar. A fim de perceber a sua importância e suas contribuições fundamentais para uma educação emancipada, autônoma e democrática. Baseada nessas reflexões expõe-se o movimento Escola sem Partido, compreendendo que a sua efetivação trará um silenciamento do educador em sala de aula. Ao final analisa-se o modelo proposto por Paulo Freire para a educação brasileira, a Escola Cidadã, e de que forma essa proposta de educação poderá transformar a escola em um espaço de desenvolvimento da conscientização, criticidade e autonomia do pensar.

Palavras- chave: Reflexão, Educação, Movimento Escola sem Partido.

A educação sistematizada no Brasil iniciou-se no período da colonização em 1549 com a chegada dos Jesuítas. Instalou-se um marco educacional, o início da escola brasileira, com um ensino conservador vinculado às estruturas governamentais do período, pautado na organização cultura eurocêntrica. A partir de 1759 os jesuítas perderam seu cargo, e instalou-se com a reforma Pombalina as aulas régias que dispensaram o viés religioso dos jesuítas, porém utilizavam a mesma metodologia para o ensino, a chamada educação tradicional que mantinha a ideia de que o aluno era apenas um receptor de conhecimento.

Segundo Saviani (2012, P. 6) o modelo de escola tradicional: "(...) organizava-se como uma agência centrada no professor, o qual transmite segundo uma gradação lógica, o acervo cultural aos alunos. A estes cabe assimilar os conhecimentos que lhe são transmitidos".

Após a Proclamação da República a educação passa a se apresentar como um direito de todos, de responsabilidade do estado, porém havia uma incoerência entre o discurso e a prática estatal, pois a educação não chegava à classe trabalhadora. Para Saviani:

A referida escola além de não conseguir realizar seu desiderato de universalização (nem todos nela ingressavam, e mesmo os que ingressavam nem sempre eram bem sucedidos), ainda teve de curvar-se ante o fato de que nem todos bem-sucedidos se ajustaram ao tipo de sociedade que se queria consolidar. (2012, p. 6)

O acesso à educação vai se tornando uma reivindicação da sociedade civil e a luta por uma escola de qualidade para todos, a classe operária enxerga a educação como instrumento de liberdade. No entanto, está é apenas o início de uma seleção onde a menor parte irá conseguir alcançar uma universidade e a maioria será conduzida às escolas técnicas e profissionais, o modelo de sociedade produtivista exige uma formação para atender os critérios do capitalismo então faz-se necessário um saber escolar voltado ao trabalho.

Nesse contexto a escola passa a assumir um papel de dominação dos sujeitos se constituindo assim como um instrumento de reprodução capitalista, um Aparelho Ideológico do Estado - AIE, onde a escola é responsável por reproduzir as ideias do capital, inculcando em seus discentes saberes práticos necessários ao processo produtivo. Segundo Libâneo:

Os anos 1990 demarcaram a chegada efetiva do neoliberalismo no Brasil, coincidindo com os primeiros ensaios da reforma educativa brasileira surgidos já no Governo de Itamar Franco, quando foi elaborado o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), que é praticamente a reprodução da Declaração de Jomtien. (2012, p. 21)

Para o autor essas políticas educacionais, estavam voltadas de maneira implícita à reprodução das desigualdades, em que a educação destinada à classe rica é privilegiada com o conhecimento e a aprendizagem de qualidade, enquanto para a classe operaria essa educação de qualidade é substituída por aprendizagens mínimas, o que seria uma educação para todos na legislação, torna-se na prática contraditória, consolidando a exclusão e assumindo um patamar de desigualdades educacionais.

Reconhecemos que ao analisar a prática educativa, a luz de Saviani, Libâneo e Freire dentre outros, é possível afirmar que o Brasil tem mantido sua educação sob a égide da subordinação, o que tem causado deformações e perpetuação de um sistema capitalista que impossibilita a emancipação dos sujeitos. Apresentamos, portanto, o movimento escola sem partido, como exemplo de políticas antissociais que enaltece a opressão, a exclusão, e o não pluralismo das ideias, eliminando a capacidade crítica. Por outro lado, destacamos a escola cidadã defendida por Freire, ao analisar, como sendo um modelo ideal de educação problematizadora que luta pelos direitos, que visa a inclusão e a cidadania da classe trabalhadora, concluímos com base na ideia de que a escola recebe influência da contextualização, desta forma a escola pode tanto reproduzir quanto contribuir para emancipação e a transformação social.

Foi instituído em 2004 pelo procurador do Estado de São Paulo Miguel Magib e revigorado em 2014 (PL nº2.974/2014) o movimento Escola sem Partido (ESP), aparentemente neutro, tem se tornado conhecido como a "Lei da mordaça", pois, caracteriza-se por fazer alusão supostamente a doutrinação praticada pelos professores/as. Segundo o projeto de lei supracitado, assuntos como religião, sexualidade, política e cultura devem ser evitados no ambiente escolar pois estes podem contradizer os princípios das famílias. Segundo os defensores do movimento ESP a intenção dela é garantir que docentes não usem a esfera educacional para abusar da liberdade de ensinar e ferir os princípios morais das famílias brasileiras.

A proposta é ratificar de forma eficiente a doutrinação ideológica existente dentro da escola sendo transmitida essencialmente pelos professores/as em sala de aula, tentando convencer a sociedade que este é um excelente modelo em que os alunos aprenderiam apenas coisas "úteis", alegando que os estudantes têm direitos legais a liberdade de pensamento.

A proposta é interpretada pelos críticos a esse movimento como um retrocesso para a educação e vista como uma tentativa de silenciar e oprimir o professor, pois neste viés o educador deve permanecer neutro frente às discussões e temas que julgam afligir os valores familiares ou adentrar em conteúdo de cunho político partidário, moralista e social.

É perceptível que esta possível neutralidade camufla os reais interesses de quem apoia tal plano, para Freire:

A rigor, é inviável um trabalhador formador, docente que se realize num contexto que se pense teórico, mas, ao mesmo tempo, faça questão de permanecer tão longe do, e indiferente ao contexto concreto, ao mundo imediato da ação e da sensibilidade dos educandos. (2015, p. 99)

Um projeto que ao invés de combater ideologias vem impor a única ideia da classe dominante, reforçar as desigualdades por meio da escola e mantê-la como um aparelho reprodutor do Estado.

Outra proposta desse movimento é incluir em todas as salas de aula, inclusive na sala dos professores um cartaz no qual fica exposto os deveres a serem cumpridos pelos docentes. Essa forma de silenciar a criticidade do educador se apresenta como uma ferramenta de censura que criminaliza e pune o trabalho docente que foge dos padrões a serem seguidos é o que afirma Freire: "o educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão." (FREIRE, 2014, p. 28)

A sociedade encontra-se à mercê de um plano totalitário, o qual visa uma educação que tenha um educador que se mantenha calado diante das injustiças e desigualdades, e o mesmo almeja uma escola formadora de sujeitos que se tornem alienados, sem questionar, sem pensar crítico, erradicado completamente a ideia de uma educação "para" e "pela cidadania" como defendia Paulo Freire. Na prática será uma escola sem inclusão, sem diversidade, sem pluralismo, sem liberdade, enfim, sem democracia, portanto um modelo educacional que incitará o preconceito, a discriminação, o ódio e a intolerância.

Com o silenciamento da reflexão e criticidade, o ensino da Filosofia será neutro, considerando que essa disciplina é fundamental para a construção de um pensar crítico e reflexivo, que desvele o olhar frente a exploração do capitalismo, as desigualdades educacionais e o antagonismo social.

Sendo assim é perceptível as contribuições dessa disciplina na formação do homem, (enquanto humanidade), e na construção do pensar crítico e reflexivo diante a realidade de opressão que a população se encontra.

Diante de determinada situação, é necessário defender e efetivar uma escola cidadã (FREIRE, 2011), escola esta que se diferencia do plano acima citado, pois a mesma vem firmar a importância de uma formação para a cidadania, um ser capaz de tomar decisões, participativo na luta pelos seus direitos dentro de uma sociedade antagônica e a busca pelo respeito às diferenças. Visando um modelo educacional para a libertação da opressão, para a superação da dominação e exploração, uma educação para a liberdade que respeite os direitos de todos os cidadãos. Dessa forma é necessário que, para garantir uma educação formal de qualidade, é preciso a luta e a resistência pela autonomia e a democracia da escola pública. Um ensino que visa a emancipação, a liberdade e a consciência, como defende a pedagogia Freiriana, concluímos embebidas em Freire que:

Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem "tratar" sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar,

sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem ideias de formação, sem politizar não é possível. (2014, p. 57).

Considerações finais

Falar de educação mediante o cenário de pandemia que estamos vivendo parece um assunto menor, pois todas as pessoas sentem-se habilitadas para tal, no entanto, é um assunto sério que exige reflexão e vigia constante. A pandemia do COVID-19 ampliou e desvelou as desigualdades existentes encobertas na realidade, evidenciando as contradições e precarizações da população. No âmbito educacional, refletiu um cenário desigual com a suspensão das aulas presenciais, uma grande parcela de alunos de classe pobre, está sendo prejudicados pela ausência de recursos em detrimento do ensino. Neste panorama social, ocorreu um grande aumento das desigualdades em todo o contexto social, reafirmando o pensamento que escola é diretamente influenciada pelas contradições sociais.

Acreditamos que a educação é fundamental para a construção de uma sociedade e do próprio indivíduo. A escola é um palco de lutas, pelos direitos e a superação das desigualdades, espaço de transmissão dos conhecidos sistematizados e científicos. Destacamos nossa intenção com esse trabalho, enfatizamos o desejo que a escola pública brasileira seja verdadeiramente livre, emancipada. Ampliando nosso pensamento, tendo em vista a sociedade com um todo, sabemos que essa caminhada é longa e difícil, superar a hegemonia do Estado é uma luta coletiva, de toda a classe trabalhadora, lutar contra a seletividade, é uma guerra em que precisamos resistir, contrapor a classe dominante, não aceitar um projeto que inviabilize a emancipação, que reforce a alienação e a exploração pela sociedade capitalista. Como disse Paulo Freire “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.”

Tornar a escola democrática é ir além da realidade, é perceber o mundo a nossa volta, encarar os desafios, possibilitar que os estudantes tenham conhecimento e consciência da sua realidade. O conhecimento é universal e, portanto, a educação não é uma mercadoria. Como o patrono da educação brasileira disse: "A educação é um ato político", e por ser político entendemos que não deve ser confundido com dominação e alienação.

Enquanto acadêmicas do curso de Pedagogia na Universidade Pública é essa a escola e a sociedade que desejamos e queremos para o nosso Brasil.

Referências bibliográficas

FREIRE. Paulo. Pedagogia do Oprimido. 50.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE. Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a pratica educativa-48ed-Rio de Janeiro: Paz e Terra,2014.

SAVIANI, Demerval. Escola e democracia. -42ed.-Campinas, SP: Autores Associados, 2012.(Coleção Polemicas da nossa terra;5)

NICOLAZZI, Fernando. Qual o partido da escola sem partido?. Revista do Lhiste, Porto Alegre, num.5, vol.3, p.82-85, jul./dez.2016 . <http://seer.ufrgs.br> Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=qual+o+partido+da+escola+sem+partido&btnG=#d=gs_qabs&u=%23p%3DFxwQFmzDbHAJ Acesso:15 abr. 2021

FRIGOTTO, Gaudêncio. "Escola sem partido": imposição da mordça aos educadores. E-Mosaicos revista multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fenando Rodriguez da Silveira(CAp - UERJ), V.5, N.9, Rio de Janeiro, junho/2016. <https://www.e-publicacoes.uerj.br> Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=escola+sem+partido+imposi%C3%A7ao+de+morda%C3%A7a&btnG=#d=gs_qabs&u=%23p%3DPPEOSo8odS0J Acesso: 15 abr. 2021

Filosofia na escola: A necessidade de um pensar crítico e reflexivo. www.nucleodoconhecimento.com.br Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/filosofia/filosofia-na-escola> Acesso: 15 de abr. 2021.